

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 6

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

6

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 6 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-065-0

DOI 10.22533/at.ed.650192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – MA.	
<i>Marilea de Jesus Mendes Everton Pinho</i>	
<i>Fernanda Costa Pinheiro</i>	
<i>Marlyane Santos Pereira</i>	
<i>Weline Leite Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922011	
CAPÍTULO 2	13
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Joselita Olivia da Silva Monteiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922012	
CAPÍTULO 3	20
A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E O ENSINO SUPERIOR: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Anne Gabriela Bastos Veiga</i>	
<i>Lucio Carlos Dias Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922013	
CAPÍTULO 4	30
ARTE E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: EM CENA A PRODUÇÃO NA ÁREA	
<i>Vera Núbia Santos</i>	
<i>Isabelle Pinto Mendonça</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922014	
CAPÍTULO 5	45
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE LUTAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL – CDILUSS: ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA DAS LUTAS SOCIAIS E DO SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO	
<i>Maria da Glória Serra Pinto de Alencar</i>	
<i>Neudilene Viana Diniz</i>	
<i>Selma Maria de Oliveira Brandão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922015	
CAPÍTULO 6	54
DIREITOS SOCIAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: UMA LEITURA A PARTIR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFAM	
<i>Roberta Ferreira Coelho de Andrade</i>	
<i>Tereza Raquel Negreiros do Nascimento Costa</i>	
<i>Vivianne Batista Riker de Sousa</i>	
<i>Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922016	

CAPÍTULO 7	66
O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ESPAÇO DE FORMAÇÃO E APRENDIZADO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Wglaenia Carlos Bezerra</i>	
<i>Rayanne Amaral Braz</i>	
<i>Lúcia Rocha Bezerra Maia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922017	
CAPÍTULO 8	80
O FAMILISMO DA POLÍTICA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E BRASIL	
<i>Rosilene Marques Sobrinho de França</i>	
<i>Maria D'Alva Macedo Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922018	
CAPÍTULO 9	90
O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO NA DEFESA E REAFIRMAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DE SERVIÇO SOCIAL NAS IES PRIVADAS	
<i>Ivaneide Duarte de Freitas</i>	
<i>Isabelle Cristina Custodio de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922019	
CAPÍTULO 10	98
O TRABALHO DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS DE SALVADOR NO TERCEIRO SETOR	
<i>Márcia Tavares Josimara Delgado</i>	
<i>Rosângela Fiais</i>	
DOI 10.22533/at.ed.65019220110	
CAPÍTULO 11	108
SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: A CONCEPÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS DA UFERSA/RN	
<i>Fabrcia Dantas de Souza</i>	
<i>Anne Karoline Silva Felix</i>	
<i>Janaína Maria Silva Holanda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.65019220111	
CAPÍTULO 12	120
ALFABETIZAÇÃO TECNOLÓGICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES PROCESSUAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	
<i>Valdomiro de Souza Brito</i>	
<i>Romy Guimarães Cabral</i>	
<i>Caroline Barroncas de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.65019220112	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	129

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO

Joselita Olivia da Silva Monteiro

Universidade Federal de Alagoas, UFAL.

Maceió – Alagoas

RESUMO: O presente trabalho foi baseado na pesquisa documental e bibliográfica, como parte integrante dos estudos desenvolvidos no mestrado desenvolvido na Universidade Federal de Alagoas, tem como referência a leitura marxiana, bem como autores contemporâneos que debatem o tema da mercantilização da educação e centra-se em apreender às expressões singulares que configuram a formação profissional do Assistente Social no curso das transformações societárias, sobretudo, no contexto da mercantilização do ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Profissional, Projeto ético político, Mercantilização da Educação.

1 | INTRODUÇÃO

Na busca de entender a essência dos fenômenos sociais, este trabalho visa situar as expressões singulares que configuram a formação profissional do (a) Assistente Social no curso das transformações societárias mais amplas. Nesta medida, esta investigação

crítica da realidade centrada numa abordagem histórico dialética parte do pressuposto fundamental: A partir da redefinição do papel do Estado a educação é multifacetada e alvo das investidas neoliberais. Neste contexto, é crescente a sua incorporação por parte da iniciativa privada que se inicia com a educação básica e posteriormente com a educação superior.

Inicialmente aborda-se a concepção da classe dominante que afirma a incapacidade financeira e administrativa do Estado em dar respostas à demanda que se coloca para a educação, e por isso, justifica-se a oferta por parte do setor privado, com o agravante de que no contexto da reestruturação produtiva a educação passa a ser particularizada como problema de cada país.

Encontra-se lugar ainda para as afirmações que justificam a naturalização da existência da sociedade capitalista e de suas relações baseadas entre as classes em que o mercado é compreendido como instância máxima de sociabilidade. Decorre daí o discurso aparentemente inócuo, no entanto, carregado de ideologia de que o problema do desemprego se dá em virtude da desqualificação educacional dos indivíduos. Em síntese, nesta perspectiva, cabe aos indivíduos adequarem-

se às demandas deste mercado.

Diferentemente de tais postulações, esta proposta, defende conforme está explicitado no decorrer do trabalho, que a mercantilização do ensino atende prioritariamente à necessidade de acumulação capitalista e tem “raiz nos problemas oriundos do processo de acumulação do capital” (Tonet, 2009) bem como da consequente reestruturação produtiva e do neoliberalismo em que ambos se deram em resposta ao contexto da crise capitalista.

Seguidamente é discutida a inscrição do Serviço Social nas instituições privadas de ensino superior e a lógica que interessa ao capital: Maior aumento possível da taxa de lucro, e é em função disso que se desenvolve a lógica da privatização da educação. Nesta medida, se requisita uma formação profissional aligeirada, flexível no tripé ensino, pesquisa e extensão, conducente a efetivar um profissional acrítico das relações sociais especialmente da “questão social” em que dentre outros aspectos, através das políticas sociais, efetivou a necessidade de uma profissão como o Serviço Social. Eis a questão central da proposta apresentada neste trabalho.

A investigação proposta parte do pressuposto de que o aumento dos cursos do Serviço Social no setor privado atende ao funcionamento e manutenção desse sistema, representando a subordinação da formação profissional aos ditames do mercado, que atualmente vem sofrendo metamorfoses, como bem lembra Sguissardi (2009) jamais como hoje, a universidade foi pensada como parte da economia. Atualmente a tecnologia, a ciência e o conhecimento são valorados como mercadoria a ser apropriada hegemonicamente pelas grandes corporações globalizadas e no interesse dos países centrais.

2 | A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.

Historicamente as pressões para mudanças na educação superior são colocadas tanto do ponto de vista do discurso reformista, quanto dos críticos desta sociabilidade, o predomínio dos organismos multilaterais representados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, norteou as mudanças significativas ocorridas na educação nas últimas décadas. Entre as orientações economicistas dos setores financeiros e as consensuais da UNESCO prevaleceram as recomendações do Banco Mundial. Do ponto de vista do aparelho do Estado é crescente a sua intervenção como mero regulador do mercado no âmbito da *mundialização do capital*. O papel incorporado pelo Estado para o equilíbrio orçamentário e controle da inflação se dá via redução dos gastos públicos, privatização de empresas estatais, aumento de juros, e estímulo à iniciativa privada, como é próprio de sua lógica. Ao prefaciar o livro de Istaván Mészáros (2012, p. 16) Emir Sader afirma que no reino do capital, a educação é,

ela mesma uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que 'tudo se vende, tudo se compra', 'tudo tem preço', do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em *shopping centers*, funcionais à sua lógica de consumo e do lucro.

Esta citação evidencia que do ponto de vista da classe dominante, o desafio é imprimir à educação uma lógica cada vez mais mercantil e empresarial através do estímulo à sua privatização, no contexto da mundialização do capital. O propósito é compatibilizar o ensino superior aos ditames da financeirização da economia capitalista.

Nesse caso, para os grupos empresariais e governamentais a Universidade extenuaria os recursos públicos sem contribuir muito, apesar de suas atividades de docência e pesquisa, para a geração de uma economia mais competitiva. Chugurenky esclarece que,

A participação no sistema, outrora considerada um direito social inalienável, é agora interpretada como um privilégio individual, e os objetivos da autonomia institucional, crítica social e desenvolvimento cultural são vistos como redutos obsoletos de interesses particulares. Ao mesmo tempo, o Estado benevolente que financiava cada universidade em função de suas matrículas converteu-se em um Estado avaliador e regulador que condiciona recursos à obtenção de resultados (CHUGURENSKY, apud, SGUISSARDI, 2009, p.119).

Nesta medida, a integração dos países à economia mundial é enfatizada principalmente a partir da redefinição do papel do Estado que é colocado na condição de mero provedor dos serviços sociais, estando entre eles a educação. As recomendações do ajuste neoliberal foram cumpridas nas seguintes medidas: combate ao *déficit* público, ajuste fiscal, privatização, liberação/ ajuste de preços, desregulamentação do setor financeiro, liberação do comércio, incentivo aos investimentos externos, reforma do sistema de previdência/ seguridade social, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho.

Vale dizer que o Brasil foi um dos últimos países da América Latina a participar do processo de liberalização econômica. Este se inicia na década de 1990 sob o governo do presidente Collor (1990-1991), prossegue no governo de Itamar Franco (1992-1994), intensifica-se nos governos de FHC (1995-2002), Lula (2003-2010) e atualmente no Governo de Dilma Rousseff.

No final da década de 1980 as determinações do *Consenso de Washington*, disseminadas por organismos como o FMI e BIRD se expressam nas resoluções de equilíbrio orçamentário, sobretudo mediante a contenção de gastos públicos; abertura comercial, redução das tarifas de importação e eliminação das barreiras não tarifárias, liberalização financeira, reformulação das normas que restringem o ingresso de capital estrangeiro, desregulamentação dos mercados domésticos, eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos, etc.; e

privatização das empresas e dos serviços públicos. Diante deste contexto, a reforma da educação superior ocorrida na maioria dos países da América do Norte e da América Latina tem como pano de fundo as diretrizes da reforma do Estado. Dentro das especificidades desta reforma Sguissardi assinala:

a) Os altos índices de privatização direta, isto é, expansão do número de IES e de matrículas do setor privado: as IES privadas correspondem a 85% do total e as matrículas a 67%; b) a adoção de medidas de regulação e controle, em especial via exame final de curso (provão); c) continuidade da falta de autonomia, em especial administrativa e de gestão financeira, no caso das instituições federais (IFES) (SGUISSARDI, 2009, p.132).

Assim, é possível afirmar que a reforma da educação superior no contexto dos ajustes promovidos pela modernização conservadora resultou no quase congelamento da expansão do setor público via diminuição de financiamento, não contratação de docentes e de funcionários técnico-administrativos, escassez de recursos para o ensino, pesquisa e extensão, incentivo e apoio à desenfredda expansão privada. Netto esclarece os traços fundamentais que resultam como um ajuste para o ensino superior dentro da lógica da reforma do Estado:

O favorecimento da expansão do privatismo, a liquidação da relação ensino, pesquisa e extensão, a supressão do caráter universalista, a subordinação das demandas do mercado, a redução do grau de autonomia pensada apenas como autonomia financeira; a subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado, nexos organizador da vida universitária; a supressão de autonomia docente (NETTO, 2000, p. 29).

Com base no exposto está claro que a incorporação da lógica dominante no trato da educação incidiu de forma determinante sobre a concepção da formação profissional que se requisitaria por parte do Estado. Como afirma Behring um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza e não do seu combate, politização e erradicação. A autora faz a seguinte referência histórica:

A ditadura, com sua modernização conservadora, criou a universidade tecnocrática, buscando adaptá-la às requisições do milagre brasileiro, de força de trabalho qualificada em determinados níveis e calar as camadas médias urbanas que queriam mais vagas no ensino superior. Esse processo prenhe de contradições inverteu a relação entre ensino público e privado no Brasil – ou seja, a saída naquele momento também foi à privatização (Idem, 2008, p.5).

Nesta medida, a privatização da educação ampara-se no discurso político de legitimação, porque se dá em nome da democratização e do acesso à educação por todos os cidadãos. Isto, de acordo com Behring, tem um forte poder de mobilização da sociedade brasileira, que historicamente está entre as mais desiguais do planeta em todos os acessos. Sobre as consequências da reforma da educação superior a autora reflete:

A maior perversidade desse projeto é essa: estamos produzindo um exército de reserva de trabalhadores de formação superior limitada e que tem poucas condições de competir no mercado de trabalho, como mostram os processos de seleção pública e concursos, *mas que caem no canto de sereia do acesso*, que na verdade é a forma do governo brasileiro corresponder aos parâmetros internacionais de competitividade e atratividade, no contexto da mundialização, no mesmo passo em que reproduz seu projeto político (BEHRING, 2008, p.5, grifo nosso).

Com isso é possível afirmar que a partir da expansão da educação superior na iniciativa privada está posta uma das necessidades do capital na atualidade, que é a subordinação da ciência à lógica mercantil.

Por este viés, constata-se que a inscrição da formação profissional do (a) assistente social nas IES privadas é corolário desse processo. Neste sentido, a referida formação profissional é marcada pela contradição que efetiva sua emergência na sociabilidade capitalista: Responde tanto às necessidades do capital quanto às do trabalho.

Sobre os interesses contrapostos que balizam a formação e intervenção profissional do (a) assistente social, Iamamoto entende a questão da seguinte maneira:

[...] Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho, e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação como ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor básico da história (IAMAMOTO, 2008, p. 99).

Desta maneira, entende-se que apesar dos avanços teórico-metodológicos que caracterizaram o Movimento de Reconceitualização, as tensões e ambiguidades que assinalaram o Serviço Social brasileiro ainda permanecem apesar da ruptura com o conservadorismo alcançada, dentre outros aspectos, pela via do pensamento marxista. O que se descortina nesse processo de mudanças estruturais é a requisição por parte dos setores dominantes de um perfil profissional funcional à lógica da acumulação capitalista. A expansão do Serviço Social nas IES privadas, responde a uma demanda de mercado resultante da reestruturação produtiva, do neoliberalismo e do conjunto de privatizações decorrente desses processos. Nesta medida, uma contradição fundamental dá origem a tantas outras: De um lado se colocam as diretrizes curriculares do Serviço Social que requisita um profissional crítico e articulador cuja intervenção vá além das aparências dos fenômenos e de outro a instituição que será o espaço de materialização destas diretrizes.

3 | CONCLUSÃO

Com efeito, as duas últimas décadas do século XX apontaram conquistas inegáveis à intenção de ruptura com o tradicionalismo profissional, caracterizada por

IAMAMOTO (1996) como travessia para a maior idade intelectual e profissional. O processo de abertura política e as diversas mobilizações sociais trazem um novo ambiente de manifestação e reivindicações as mais diversas, sobretudo, no âmbito do Serviço Social.

Neste contexto, o projeto profissional mantém relações estruturais com os projetos societários, que de maneira geral, podem ser conservadores ou transformadores. Assim, na transição entre a década de 1980 e 1990, o pressuposto fundante da formação profissional é a sua relação ineliminável com os projetos de transformação da ordem social (BRAZ, 2009). Num ambiente adverso, sob a ofensiva do neoliberalismo, parte significativa de assistentes sociais e de estudantes mostra-se capaz de intervir a favor da construção de um novo projeto profissional vinculado à consolidação de uma nova ordem social.

Concordamos com Marcelo Braz quando afirma que o projeto ético-político não se constrói e nem se materializa de forma abstrata. Ele revela a opção teórica e política de segmentos expressivos da categoria que, na sua trajetória individual e coletiva, sobretudo nas duas últimas décadas do século XX, contribuem de diferentes formas, para a disseminação e valorização de uma racionalidade crítico-dialética no entendimento da realidade social, bem como na leitura do próprio serviço social e das respostas profissionais que lhe são exigidas. Sobre as contradições que caracterizam o referido projeto profissional, Joaquina Barata e Marcelo Braz afirmam:

Este projeto é expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores – por escolhas historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes histórico-concretos mais abrangentes – colidem (são mesmo antagônicos em sua essência) com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital. (Idem, p. 193)

Na medida em que se aprofunda a exploração da relação capital/trabalho, ganha relevo os questionamentos e dúvidas sobre o real alcance de o projeto ético-político configurar-se ou não hegemônico no seio do Serviço Social, no contexto em que, como esclarecido no manifesto do Conselho Federal do Serviço Social – CFESS, projetos profissionais disputam a direção social do Serviço Social brasileiro, neoconservadorismo, pragmatismo e formas despolitizadas de entender a questão social reaparecem no cenário profissional.

A partir das contradições de classes que determinam a profissão, pode-se dizer que diante da situação de ofensiva do capital e do enfraquecimento das lutas de resistência dos trabalhadores e dos movimentos sociais, o projeto ético-político, encontra-se em um momento categórico de sua história, que é expressão também da própria trajetória da profissão. Este momento é significativo porque remete à permanência ou não das bases teóricas e organizativas dos assistentes sociais que mudaram os aspectos do Serviço Social brasileiro nos últimos 30 anos. Esta reafirmação depende tanto das respostas políticas aos desafios atuais (no âmbito do

exercício e da formação profissional – onde se destaca o crescente e preocupante aumento de cursos privados, inclusive com modalidade de ensino da graduação à distância) quanto das ações dos profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir da intervenção qualificada, pautada na Lei de Regulamentação da Profissão, bem como no Código de Ética.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Biblioteca Básica de Serviço Social, 5. ed., São Paulo, Cortez, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A origem da propriedade privada e do Estado**. 5 ed., Civilização brasileira, 1985.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008. –(Mundo do trabalho).

NETTO, José Paulo. **Reforma do Estado e impactos no Ensino Superior**. In. Ver. Temporalis, ABEPSS. Nº1, Brasília: Valci, 2000, p. 11-33.

_____. **A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova**. in: Revista Serviço Social & Sociedade, nº 79, 2004, p. 2-26.

SGUISSARDI, Valdemir. **Universidade brasileira no século XXI desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

TONET, Ivo. **Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade**. in Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. –Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009, p. 107 – 122

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-065-0

